

Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: revisão de literatura

*Amanda Sousa Batista do NASCIMENTO*¹
*Celso do Prado Ferraz de CARVALHO*²
*Neide Aurora de Souza MARCOS*³

Resumo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definiu para toda educação básica brasileira as diretrizes gerais de organização do currículo escolar. Neste texto problematizamos, a partir da produção acadêmica publicizada em periódicos da área de educação, a BNCC e suas diretrizes para a Educação Infantil. Definimos como recorte a problematização da Educação Infantil e da BNCC em artigos publicados em periódicos da área de educação e teses e dissertações produzidas no período 2015-2020. As questões abordadas incidem sobre temas que discutem como se dá as relações entre educação infantil e a BNCC, mudanças que a BNCC produz na organização da Educação Infantil e como os professores de educação infantil tem incorporado os princípios e fundamentos da BNCC em seu trabalho escolar. O texto evidencia o que a produção bibliográfica tem mostrado sobre mudanças na organização das escolas e como professoras de Educação Infantil tem incorporado princípios e fundamentos da BNCC em seu trabalho escolar.

Palavras-chave: Currículo escolar. Educação básica. Educação Infantil. Professores.

¹ Doutora em Educação. Secretaria Municipal de Educação de Santo André. <https://orcid.org/0000-0001-9361-7541>. E-mail: amandasousabatista1987@gmail.com

² Doutor em Educação: História, Política e Sociedade. Universidade Nove de Julho, Programa de Pós-Graduação em Educação. <https://orcid.org/0000-0001-8703-8236>. E-mail: cpfcarvalho@gmail.com

³ Pedagoga. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. ORCID. <https://orcid.org/0000-0001-5742-7433>. E-mail: yeshua.amor@hotmail.com

The National Common Curriculum Base for childhood education: literature review

Amanda Sousa Batista do NASCIMENTO
Celso do Prado Ferraz de CARVALHO
Neide Aurora de Souza MARCOS

Abstract

The National Common Curriculum Base (BNCC) defined the general guidelines for organizing the school curriculum for all Brazilian basic education. In this text we problematize, based on the academic production published in education journals, the BNCC and its guidelines for Childhood Education. We defined as clipping the problematization of Childhood Education and the BNCC in articles published in education journals and theses and dissertations produced in the period 2015-2020. The issues addressed focus on topics that discuss how the relationship between childhood education and the BNCC takes place, changes that the BNCC produces in the organization of Childhood Education and how teachers have incorporated the principles and foundations of the BNCC in their school work. The text shows what the bibliographic production has shown about changes in the organization of schools and how teachers have incorporated BNCC principles and foundations into their school work.

Keywords: School curriculum. Basic education. Childhood education. Teachers.

La Base del Currículo Nacional Común para la educación de la primera infancia: revisión de la literatura

Amanda Sousa Batista do NASCIMENTO
Celso do Prado Ferraz de CARVALHO
Neide Aurora de Souza MARCOS

Resumen

La Base Nacional del Currículo Común (BNCC) definió las directrices generales para la organización del currículo escolar de toda la educación básica brasileña. En este texto problematizamos, a partir de la producción académica publicada en revistas de educación, la BNCC y sus directrices para la Educación Infantil. Definimos como recorte la problematización de la Educación Infantil y la BNCC en artículos publicados en revistas de educación y tesis y disertaciones producidas en el período 2015-2020. Los temas abordados se centran en temas que discuten cómo se da la relación entre la educación infantil y la BNCC, los cambios que la BNCC produce en la organización de la Educación Infantil y cómo los docentes de la primera infancia han incorporado los principios y fundamentos de la BNCC en su trabajo escolar. El texto muestra lo que la producción bibliográfica ha mostrado sobre los cambios en la organización de las escuelas y cómo los docentes de Primera Infancia han incorporado principios y fundamentos de la BNCC en tu trabajo escolar.

Palabras clave: Currículum escolar. Educación básica. Educación Infantil. Maestros.

Introdução

Podemos definir Iniciação Científica (IC) como um processo no qual se fornece aos envolvidos um conjunto de conhecimentos imprescindíveis para iniciar o sujeito no lócus científico: das técnicas, metodologias, tradições da ciência. Segundo Massi e Queiroz (2010, p.174) o conceito de IC nas universidades brasileiras se delineou como “uma atividade realizada durante a graduação, com experiências vinculadas a um projeto de pesquisa, elaborado e desenvolvido sob a orientação docente”.

Resgatando o percurso histórico educacional brasileiro, é válido destacar que o reconhecimento da importância estratégica da ciência e de se institucionalizar as ações de incentivo e fomento à pesquisa levaram o Brasil a criar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, em 1951. Desta maneira, se iniciou o financiamento da atividade de IC, com concessão de bolsas anuais de fomento à pesquisa na graduação. O CNPq não é o único órgão de fomento à pesquisa na graduação, pois existem as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). O que respaldou tal financiamento foi a Lei da Reforma Universitária de 1968 (Art. 2º, da Lei n. 5.540, de 28/11/1968), que subsidiou o princípio de indissociabilidade ensino-prática. Posteriormente, tal associação foi incorporada na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20/12/1996).

Há muitas pesquisas que abordam a gravidade do rompimento da dicotomia, historicamente existente no ensino superior brasileiro, entre teoria e prática, ensino e pesquisa, e graduação e pós-graduação, principalmente acerca da dificuldade de relacionar ensino e pesquisa. Assim, dependendo da forma como essa dicotomia ocorre, nos deparamos com um cenário educacional em que as práticas educacionais evidenciam tanto situações de produção como de reprodução de conhecimentos. De acordo com Massi e Queiroz (2010, p. 179) a criação da IC nas universidades surgiu como possibilidade de aproximar e fortalecer as relações entre ensino e o desempenho na graduação.

Almeida (1996, p.22) explicita que “parece claro que a pesquisa científica pode ser um excelente instrumento educativo na medida em que leva os alunos a lidarem com o processo de conhecer e não apenas com o produto desse processo”. A partir desse aprendizado eles se sentem motivados a cumprir a sua principal função que é estudar.

Nesse sentido, destacaremos no presente texto dados iniciais de pesquisa de IC em desenvolvimento na Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho, que é parte de amplo projeto de pesquisa intitulado

NASCIMENTO; CARVALHO; MARCOS.

Política Curricular: o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular nas redes públicas de ensino de São Paulo, coordenado pelo Prof. Celso de Carvalho, professor vinculado à Diretoria de Educação e do curso de graduação em Pedagogia

Para tanto, é oportuno destacar como a Política de Pesquisa da Universidade, que implica priorizar a formação do docente pesquisador, materializa a prática investigativa, incentivando a diversidade das metodologias e temas de pesquisa, com a unicidade definida pelo Projeto Institucional da Universidade.

O projeto de pesquisa do qual trataremos no presente texto se enquadra nos pressupostos acima citados, a medida em que todos sabemos da relevância da temática da implementação da Base Nacional Comum Curricular no Brasil, sendo esse tema de pesquisa recente, que possui grande repercussão nos diferentes níveis e modalidades educacionais. A pesquisa tematizando a implementação da BNCC, mais especificamente nas redes públicas de ensino de São Paulo, certamente contribuirá para a discussão e aprofundamento do debate da temática entres docentes.

A discussão sobre currículo e políticas educacionais curriculares tem se constituído em temática das mais presentes no debate educacional contemporâneo. As diretrizes curriculares foram elaboradas para todos os níveis de educação, gerando impacto nas políticas de produção de material didático, de formação de professores, de avaliação em larga escala e na organização dos currículos escolares. Como parte desse processo, ocorreu a discussão e elaboração de uma nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC, visando estabelecer para toda educação básica brasileira, diretrizes gerais de organização do currículo escolar.

O processo de elaboração da BNCC iniciou-se em 2015 e finalizou em 2018 com a homologação da versão final pelo Conselho Nacional de Educação. Nesse sentido necessário se faz mencionar que o processo de elaboração ocorreu no contexto da crise política, culminou no golpe político-midiático-jurídico contra a presidenta Dilma Rousseff democraticamente eleita. Em razão disso, a trajetória inicial de elaboração e discussão do documento sofre mudanças em 2016, com alteração da equipe coordenadora bem como dos procedimentos de organização e participação no debate. A elaboração de uma nova Base Nacional Comum Curricular implica na reorganização dos currículos da educação básica, do trabalho da escola e do professor.

Por conseguinte, no âmbito do amplo projeto acima mencionado, para pesquisar a temática da BNCC na Educação Infantil, elaboramos um subprojeto de pesquisa de Iniciação Científica, com os seguintes objetivos:

Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: revisão de literatura

- Analisar o que a pesquisa sobre BNCC e Educação Infantil tem mostrado sobre mudanças na organização das escolas.
- Compreender como os professores de Educação Infantil tem incorporado os princípios e fundamentos da BNCC em seu trabalho escolar.

A perspectiva metodológica da pesquisa é a abordagem do ciclo de políticas, proposta por Stephen Ball (MAINARDES; BALL, 2011) que propõe que as análises acerca das políticas públicas se ocupem das diversas fases do processo, passando pelas disputas nos processos políticos de elaboração da legislação, o contexto da produção dos textos e o contexto da aplicação prática. O processo de investigação que propomos implicou produção de dados acerca do impacto que a BNCC está produzindo na Educação Infantil. As fontes primárias são artigos de periódicos da área de educação classificados pelo Qualis Capes de B1 a B5⁴ e teses e dissertações, todos referentes ao período 2015-2020.

Design metodológico: algumas considerações investigativas às opções analíticas

A priori, considerando o contexto de isolamento social devido à pandemia de COVID 19⁵, foram feitas reuniões de orientação de maneira remota por vídeo-chamadas para a apresentação do projeto de pesquisa, esclarecimento de dúvidas, divisão de tarefas para iniciar a revisão de literatura e acompanhamento do progresso da pesquisa.

Fez parte do processo de orientação dos estudantes de Iniciação Científica o acompanhamento sistemático por meio de mestrandas e doutorandas que fazem parte da pesquisa, pois para a maioria das discentes selecionados para a Iniciação Científica é o primeiro contato com uma pesquisa científica, precisando da ajuda de pesquisadoras mais experientes para dar os primeiros passos.

Assim sendo, antes de iniciar de fato a pesquisa, se fez necessário apresentar às alunas de IC os passos essenciais acerca do cadastro do currículo na *Plataforma Lattes*, como iniciar as buscas pelas fontes primárias da pesquisa e como sistematizar os resultados que forem obtidos.

⁴ Esta pesquisa foi feita nas revistas com esta classificação. Outras pesquisas de IC, que são parte do projeto maior, ficaram responsáveis por outros extratos.

⁵ O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

NASCIMENTO; CARVALHO; MARCOS.

Uma estratégia utilizada nessa etapa inicial foi a elaboração de tutoriais com o passo-a-passo de como realizar as tarefas propostas, envio de modelos norteadores acerca da forma de sistematizar os registros de pesquisa e disponibilizar momentos para sanar eventuais dúvidas.

Fez parte também desse momento inicial explicar para as alunas qual contexto do ciclo de políticas mais se aproxima de uma pesquisa que tem como fontes primárias artigos publicados em periódicos. Tendo como referência a descrição feita por Mainardes (2006) o ciclo de políticas envolve cinco contextos: o contexto da influência, o contexto de produção, o contexto da prática, o contexto dos resultados/efeitos e o contexto de estratégia política. Os artigos foram analisados na perspectiva do contexto de produção do texto, pois entendemos que os artigos publicados em periódicos fazem parte da produção textual mais ampla. A produção dos artigos acadêmicos, sendo parte do processo de produção textual das políticas pode, ou não, ter influência na forma como as professoras compreendem as políticas. O processo sempre dependerá dos sentidos atribuídos e significados construídos. Artigos de periódicos compõem parte da bibliografia de concursos públicos para professoras e disciplinas de cursos de pedagogia, são também acessados em diferentes cursos de formação continuada oferecidos pelas redes de ensino e em diferentes cursos de pós-graduação. Dessa forma, se constituem em referência importante de como o processo de produção textual pode contribuir para a produção de significados no e sobre o trabalho de professoras da educação infantil.

Revisão de literatura

Concluída essa etapa inicial de orientação adentramos na etapa de revisão de literatura, por meio do levantamento de fontes primárias da pesquisa, que teve como ponto de partida a busca por artigos e dissertações nos seguintes bancos de dados:

- Banco de Teses e Dissertações da CAPES;
- Plataforma SciELO- Scientific Eletronic Library Online;
- Google acadêmico;
- Plataforma IBICT- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD);
- Biblioteca Digital REDALYC;

Os descritores e as palavras-chave utilizadas foram Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Educação Infantil. A partir da leitura dos resumos dos textos encontrados na busca, foram elencados para a leitura os que mais se aproximavam dos objetivos da pesquisa, resultando em uma amostra composta por 3 artigos e 7 dissertações, os quais estão organizados na tabela a seguir:

Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: revisão de literatura
Tabela 1 – Produção acadêmica sobre Educação Infantil e BNCC

Autor	Título do artigo, dissertação ou tese	Revista ou Instituição	Palavras chave	Ano	Base de dados
GONTIJO, Claudia Maria Mendes; COSTA, Dania Monteiro Vieira; PEROVANO, Nayara Santos.	Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Revista Pro.posições	Alfabetização. Modelo Funcional de Alfabetização. Base Nacional Comum Curricular. Texto.	2020	Scielo
FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva.	Palavra aberta - BNCC e a alfabetização em duas versões: concepções e desafios	Educação em Revista	Alfabetização. Base Nacional Comum Curricular. Língua Portuguesa.	2020	Scielo
PORTELA, Leticia M. ZANGUE, Greicy Nayara P. SANTOS, Fabio André G. dos. CARDOSO, Flavia Aparecida Reitz., LIBERATO, Rafael.	Suporte tecnológico para o Auxílio do professor na avaliação segundo a BNCC	RISTI (Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação)	Avaliação. Habilidade. Competência. BNCC.	2019	Scielo
ROCHA, Nathália Fernandes Egito	Base Nacional Comum Curricular e micropolítica: analisando os fios condutores	Universidade Federal da Paraíba	Base Nacional Comum Curricular. Participação. Democracia. Micropolítica	2016	Catálogo de Teses e dissertação-CAPES Plataforma Sucupira
MEDEIROS, Ludimila Dimitrovicht de.	Políticas públicas para a Educação Infantil: um estudo sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na rede municipal de ensino de Londrina - PR	Universidade Estadual De Londrina	Políticas Públicas. Currículo. Educação Infantil. BNCC.	2019	Catálogo de Teses e dissertação-CAPES Plataforma Sucupira
ROSA, Luciane Oliveira da.	Continuidades e discontinuidades nas versões da BNCC para a Educação Infantil	Universidade Do Vale Do Itajaí	Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Continuidades e discontinuidades da BNCC. Educação Infantil. Política educacional.	2019	Catálogo de Teses e Dissertação-CAPES Plataforma Sucupira
OLIVEIRA, Poliana Ferreira de.	Políticas curriculares para a educação infantil: o caso da BNCC- 2015-2017	Universidade Estadual De Maringá	Educação Infantil. Políticas Curriculares. Políticas Educacionais. Base Nacional Comum Curricular. BNCC.	2019	Catálogo de Teses e Dissertação-CAPES Plataforma Sucupira

NASCIMENTO; CARVALHO; MARCOS.

MACEDO, Edilene Nunes de	A percepção dos professores da Cidade do Recife sobre as diretrizes normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Universidade Federal de Pernambuco	BNCC. Currículo. Percepção. Políticas de Educação. Professores.	2018	ATENNA Repositório Digital da UFPE
TRICHES, Eliane de Fatima	A Formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança (2015-2017)	Universidade Federal da Grande Dourados	Base Nacional Comum Curricular Política educacional	2018	BDTD

Por conseguinte, a etapa iniciada foi a de leitura dos trabalhos selecionados na etapa de revisão de literatura, com o intuito de compreender como a produção acadêmica em educação problematiza as relações entre Educação Infantil e a BNCC, se as pesquisas em questão sinalizam mudanças que a BNCC produz na organização da Educação Infantil e se há menção em como os professores de Educação Infantil tem incorporado os princípios e fundamentos da BNCC em seu trabalho escolar.

Resultados

De acordo com Mainardes e Ball (2011) a base da abordagem do ciclo de políticas se constitui a partir da caracterização de diferentes arenas políticas. A pesquisa ampla, da qual esse estudo é um subproduto, se propôs a mapear como a BNCC foi construída como documento curricular oficial em nosso país, na sequência, para na sequência, verificar a forma como textos curriculares impactam a percepção de professoras que trabalham na educação infantil. Como a BNCC é um documento voltado para as duas etapas da educação infantil, de 0 3 e de 4 a 5 anos, temos clareza que ela define questões que são objeto de disputa e polêmica entre os pesquisadores da área de educação, como por exemplo, a discussão se a educação infantil é etapa em que deva iniciar a alfabetização das crianças. Embora cientes dessa polêmica, o levantamento que fizemos não utilizou a questão como recorte, incorporando todos os textos que atendiam aos descritores utilizados, Educação Infantil e BNCC.

No artigo intitulado *Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, os autores Gontijo, Costa e Perovano (2020) buscaram uma análise de como a alfabetização é articulada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio de pesquisa documental, análise de documentos/textos produzidos por órgãos diretores e encarregados da educação, respectivamente, no Brasil e no mundo. O referido estudo conclui que o modelo de alfabetização funcional adotado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para subsidiar programas e

Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: revisão de literatura projetos de alfabetização de adultos, é compatível com a noção de competência adotada na BNCC, reduz a alfabetização ao desenvolvimento da consciência fonológica, à aprendizagem da técnica da escrita com o objetivo de formar pessoas adaptadas à ordem social e ao modelo produtivo vigentes.

Frade (2020) em seu *artigo Palavra aberta - BNCC e a alfabetização em duas versões: concepções e desafios*, explicita que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) provocou inúmeras disputas, discordâncias e acordos desde seu projeto inicial até a sua formulação final, e esse movimento trouxe consequências específicas para o discurso sobre a alfabetização no Brasil.

O artigo busca problematizar as questões envolvidas na formulação de uma proposta de alfabetização para a BNCC, fazendo uma recuperação das interpretações, concepções, problemas e algumas soluções em jogo na formulação da segunda versão da BNCC e um contraste com a sua versão homologada (FRADE, 2020, p.1).

A autora problematiza a especificidade da alfabetização e o seu diálogo com outras perspectivas postas para o ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental. Sabemos que o foco de nossa pesquisa é a etapa da Educação Infantil, entretanto, ainda é alarmante no Brasil a prioridade dada ao Ensino Fundamental nas discussões, em detrimento da importância da Educação Infantil que precede o processo de alfabetização e tem papel fundamental no percurso pedagógico da criança, visto que é na primeira infância que se constitui a base para aprendizagens posteriores. Frade (2020) também discute a natureza do texto homologado e possíveis brechas que os sistemas de ensino e os professores encontrarão para dialogar com o documento normativo e mandatário da BNCC.

No terceiro artigo selecionado, intitulado *Suporte tecnológico para o Auxílio do professor na avaliação segundo a BNCC*, os autores Portela, Zangue, Santos, Cardoso e Liberato (2019) salientam o fato de que a educação brasileira tem passado por profundas reformulações com a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os autores evidenciam algo crucial a essa discussão:

A implantação da BNCC afeta diretamente o trabalho do professor, pois ela é responsável por nortear quais habilidades devem ser desenvolvidas pelos alunos e a avaliação caracteriza-se como um dos principais instrumentos utilizados para verificação do progresso do aprendizado. No entanto, fatores como a alta carga horária em sala de aula e o elevado número de alunos sob sua tutela, colocam em risco a eficácia desse instrumento. (PORTELA, ZANGUE, SANTOS, CARDOSO, LIBERATO, 2019, p.101).

Partindo para as dissertações encontradas, iniciamos falando da pesquisa de Rocha (2016), intitulada *Base Nacional Comum Curricular e micropolítica: analisando os fios condutores*, na qual

NASCIMENTO; CARVALHO; MARCOS.

a autora teve por objetivo analisar o processo de elaboração do documento da BNCC, ressaltando a participação do contexto da prática da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa/PB. Novamente temos uma autora evidenciando a disputa existente no campo do currículo, visto que, a concepção curricular não se resume a um conjunto de conhecimentos ou disciplinas, e que não existe neutralidade nas discussões acerca do que é ou não imprescindível ao currículo. Rocha (2016) destaca que o currículo expressa uma historicidade, um contexto, uma tensão. A pesquisa da autora considera que a política precisa ser analisada em relação ao contexto, com abordagem metodológica semelhante à que utilizamos no presente artigo que é a investigação a partir do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e colaboradores. (MAINARDES; BALL, 2011)

Rocha (2016) explicita a conjuntura em que a política curricular foi iniciada e como os discursos políticos foram estabelecidos com base em suas influências no processo de elaboração da política. Além disso, considera os efeitos produzidos pela política e as questões colocadas no contexto da prática.

No contexto das escolas, através dos discursos dos professores, observamos os conflitos e contestação existentes que nos possibilitaram compreender a maneira como a política é percebida e interpretada por esses atores. Nossa intenção foi realizar uma análise baseada diretamente na experiência dos professores. Inquietou-nos descobrir: o que eles pensam? Como recebem uma ideia de BNCC? Quais espaços foram oportunizados para a discussão? Quem foi ouvido e quais vozes foram silenciadas? Quais interesses foram preteridos? Houve espaços de resistências? (ROCHA, 2016, p.8).

O *locus* desse estudo foi a Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, com ênfase em analisar o contexto da prática dos atores envolvidos no processo de elaboração da política curricular.

No trabalho de Medeiros (2019) intitulado *Políticas públicas para a Educação Infantil: um estudo sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na rede municipal de ensino de Londrina – PR*, a autora buscou investigar dentro do contexto de Londrina, as relações da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, com a política de formação continuada para professores desta etapa, neste município, assim como também, suas implicações ideológicas, sociais e culturais.

O referido trabalho levou em consideração a premissa de que os sistemas de ensino municipais possuem a responsabilidade de organizar o ensino desta etapa. É válido destacar a proximidade das questões de pesquisa do trabalho de Medeiros (2019) com os questionamentos que nós também levantamos no presente artigo: Quais são as intenções expressas e ocultas na BNCC e suas implicações políticas e ideológicas para a Educação Infantil? Existe uma tendência de esvaziamento cultural e ao mesmo tempo preparação para a etapa seguinte, na qual é dada prioridade para o processo de alfabetização?

Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: revisão de literatura

A pesquisa de Medeiros (2019) merece destaque também porque se embasa em uma perspectiva crítica de análise, sob a égide da utilização de referencial teórico do materialismo histórico-dialético, almejando construir conhecimentos que superem e transformem a realidade social.

Por sua vez, Rosa (2019) em seu trabalho intitulado *Continuidades e discontinuidades nas versões da BNCC para a Educação Infantil*, apresenta pesquisa vinculada à linha de pesquisa *Práticas Docentes e Formação Profissional* e ao Grupo de Pesquisa *Contextos da Educação da Criança* da Universidade do Vale do Itajaí. A autora explicita que a pesquisa surgiu com a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica brasileira, na qual a Educação Infantil foi incluída.

Assim sendo, passou-se a problematizar a existência de várias versões do documento, quais seriam as continuidades e as discontinuidades nas versões da BNCC? Rosa (2019) também pautou sua análise embasada na abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball, exemplificando que buscou em seu estudo apresentar o contexto de influência na produção dos textos das versões da BNCC, verificando as continuidades e as discontinuidades presentes no processo de construção do documento para a Educação Infantil e em caracterizando o papel da brincadeira apresentada em cada versão da BNCC para essa etapa de ensino.

As conclusões da pesquisa de Rosa (2019) determinaram que há uma rede de interesses econômicos e políticos em torno da BNCC e que

[...] o currículo brasileiro nas últimas versões da Base foi disputado por quatro grupos: os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e um grupo composto por uma fração particular da classe média que compreende técnicos e outros profissionais comprometidos com as reformas na educação (ROSA, 2019, p.8).

Tais indicativos demonstraram que a BNCC não se constituiu enquanto um documento curricular construído de forma contínua e democrática como dizem os discursos do MEC e da Rede do Movimento pela Base. Ao longo dos capítulos a autora evidencia as continuidades e as discontinuidades nas versões da BNCC para a Educação Infantil, tendo, cada versão, a intenção de formar um sujeito com uma determinada subjetividade.

É válido ressaltar que os resultados alcançados por Rosa (2019) apontam que a principal continuidade em todas as versões da BNCC foi a proposta de uma base curricular para a Educação

Básica incluindo a Educação Infantil. No que concerne às inúmeras discontinuidades encontradas pela pesquisadora, pode-se elencar:

[...] a equipe de elaboração do documento; o papel do Movimento pela Base, que passa de apoiador nas primeiras versões a gerenciadores da Base na versão final; o endereçamento das capas das versões; os princípios orientadores das versões e a concepção de currículo para a Educação Infantil; a organização curricular da Educação Infantil; o papel da brincadeira. Na versão final, as discontinuidades apontadas mostram uma proposta curricular alinhada ao projeto de sociedade capitalista, com a subjetividade enunciada para a criança como empreendedora de si (ROSA, 2019, p.8).

Por conseguinte, Rosa (2019) elucida os leitores para a urgência de problematizarmos como manter a escola pública preservada das demandas capitalistas, um lugar de tempo livre para a experiência de cada criança respeitando suas singularidades, com professores críticos que levem as crianças à sensibilidade e à experiência, isto é, professores que tenham a resistência intencional de quem atua nas políticas e não aceita a dessubjetivação e a performatividade gerencialista.

Por sua vez, Oliveira (2019) com o trabalho intitulado *Políticas curriculares para a Educação Infantil: o caso da BNCC- 2015-2017*, teve como objetivo analisar as políticas curriculares para a Educação Infantil com destaque para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no período de 2015-2017, dando ênfase aos princípios de competências, habilidades e avaliação. As questões norteadoras desse estudo foram: Qual o papel do Estado na construção de políticas curriculares para Educação Infantil até a constituição da BNCC? Qual a influência dos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial nas determinações quanto às políticas curriculares nacionais? O que propõe a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, principalmente no campo de competências, habilidades e avaliação?

Assim como outros estudos já mencionados no presente artigo, a pesquisa de Oliveira (2019) também faz menção ao currículo como território de disputa, evidenciando a influência de organismos internacionais, com ênfase no Banco Mundial nas discussões e decisões tomadas no Brasil no que se refere às suas políticas curriculares.

Oliveira partiu de uma análise documental, apoiada em fontes que tratam sobre o tema, fundamentando a discussão com fontes primárias, como o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas suas versões preliminares I, II e III e IV, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/96, Constituição Federal (CF) de 1988, Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005/2014 (PNE), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 1999 e 2009, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RNCEI) de 1999 e documentos do Banco Mundial (BM) de 1996, 2011 e 2017.

Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: revisão de literatura

Um aspecto muito relevante destacado pela autora diz respeito à análise da influência do Banco Mundial nos documentos oficiais referentes às políticas curriculares que apontam para uma Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil. Oliveira (2019) menciona como categorias de sua pesquisa competências, habilidades e avaliação, termos presentes na BNCC e supervalorizados nos debates que precederam a aprovação dessa política curricular, com as recomendações do Banco Mundial.

Os resultados dessa pesquisa evidenciam que as políticas curriculares para essa etapa educacional estão notadamente em movimento sob os imperativos e interesses do mercado. Por outro lado, encontram-se a construção de uma política não por via única, mas uma política para a Educação Infantil que se constrói por meio do enfrentamento e mobilização social via disputas, embates, conflitos e lutas para garantir o seu objetivo central, que é a formação humana de todos os bebês e crianças pequenas (OLIVEIRA, 2019, p.7).

Já Macedo (2018) com a pesquisa intitulada *A percepção dos professores da Cidade do Recife sobre as diretrizes normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, evidenciou a visão dos professores da cidade do Recife sobre as suas diretrizes curriculares mediante as mudanças trazidas pela BNCC. A questão norteadora do estudo foi: como os professores da cidade do Recife se apropriaram das diretrizes normativas da BNCC? Os resultados obtidos por Macedo (2019) demonstraram que como a participação dos professores da cidade do Recife na construção do currículo comum não foi ativa, essa política pode sofrer represálias, sobretudo, em relação às concepções particulares do que é importante ou não, enquanto conteúdo, no processo de ensino escolar.

Novamente temos o fator da BNCC ter sido construída de maneira não democrática, sem a participação dos principais atores envolvidos no processo de implementação de uma política educacional: os professores. Macedo (2019) cita o quanto as concepções particulares dos professores podem influenciar no contexto da prática no processo de implementação da política curricular, considerando a autonomia e discricionariedade inerentes aos profissionais de linha de frente engajados no processo. Uma política curricular implementada sem a participação dos educadores é o retrato de uma política educacional unilateral, centrada nos interesses de terceiros, nesse caso específico os interesses neoliberais, do setor privado que almejam incansavelmente o sucateamento da escola pública, indo totalmente na contramão dos ideais de escola pública, laica, de qualidade socialmente situada, crítica e emancipadora.

Por fim, a pesquisa de Triches (2018) intitulada *A Formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança (2015-2017)*, teve como objetivo analisar o processo de formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança.

NASCIMENTO; CARVALHO; MARCOS.

Triches (2018) enaltece o fato da BNCC ter sido anunciada pelo MEC como uma política curricular com foco principal na melhoria da qualidade da Educação Básica brasileira. A pesquisadora delimitou o recorte histórico de 2015 a 2017, devido ao fato de que nesse período emergiram as discussões em torno da construção do documento. A autora também adotou em seu estudo como procedimento metodológico a abordagem do ciclo de políticas no que tange a etapa da formulação da política educacional em questão.

Triches (2018) ressalta que durante o movimento de formulação da BNCC, foi possível constatar divergências de concepções, isto é, enquanto um grupo considerava a BNCC como o documento capaz de modificar qualitativamente a educação básica brasileira, outros segmentos compreendem como uma política pública de viés vertical. A autora faz menção aos órgãos CONSED⁶ e UNDIME⁷, como também o Movimento Todos pela Base que foram e são até hoje considerados pelo MEC como “parceiros” em todas as etapas desde o processo de formulação do documento.

Entretanto, a autora cita um aspecto fundamental a essa discussão que é relacionado às inúmeras manifestações públicas de comunidades científicas no sentido de ampliar as discussões sobre o documento, os questionamentos conceituais feitos, abarcadas na estrutura das diferentes versões apresentadas à sociedade, e que não obtiveram êxito, não tiveram espaço na versão final do documento, evidenciando que a versão final do documento se constituiu a partir do discurso e dos interesses dos grupos empresariais e de fundações privadas que detiveram o poder decisório nesse processo.

Sendo assim, Triches (2018) constatou que

[...] a BNCC fez parte de uma série de reformas educativas de viés neoliberal que têm sido pensadas globalmente a partir de 1990 e que tem como meta melhorar as economias nacionais a partir do fortalecimento de elos entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado. (TRICHES, 2018, p.8).

A referida autora conclui afirmando que nesse movimento de formulação do Documento da Base, houve a redução do tempo destinado à alfabetização, dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, para os dois primeiros anos desta etapa de ensino, evidenciando claramente um viés de competitividade, de eficiência, enaltecendo o aprimoramento de competências em detrimento de considerar e respeitar a criança em seus tempos, espaços, singularidades e especificidades da infância.

⁶ Conselho Nacional de Secretários de Educação

⁷ União dos Dirigentes Municipais de Educação

Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: revisão de literatura

Assim, a autora conclui sua pesquisa sob a égide dos acontecimentos que precederam a aprovação da BNCC em sua terceira versão: apesar de inúmeras críticas da comunidade acadêmica e de outros segmentos da sociedade em torno da concepção de pensar o processo alfabetizador da criança, mesmo assim o documento foi aprovado em dezembro de 2017, desconsiderando as normatizações trazidas pelas DCN⁸s, como também do Parecer CNE/CEB n° 4/2008. Por conseguinte, tal aceleração do processo de alfabetização repercute de maneira drástica na Educação Infantil, de modo que, a pauta sobre alfabetização passa a adentrar o espaço das etapas finais da Educação Infantil, com uma imensa contradição quando nos deparamos com uma BNCC que dispõe sobre “campos de experiência” e garantia de “direitos de aprendizagem” para educandos de 0 a 5 anos de idade, e automaticamente, passa a tratar de “habilidades e competências” para o ensino de crianças de 6 anos de idade, que passaram a ter um prazo ainda menor para se alfabetizarem.

Os dados mostram que a problematização da Educação Infantil e da BNCC em periódicos da área de educação, no período 2015-2020 tem problematizado questões a partir dos conceitos de direitos de aprendizagem e campos de experiências, os quais estão ligados com os eixos estruturais desse segmento – interagir e brincar. Na Educação Infantil a BNCC apresenta os direitos de aprendizagem, campos de experiência e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, no Ensino Fundamental a estrutura se dá pelas áreas do conhecimento, objetivos específicos de cada componente curricular e as habilidades que o aluno deve desenvolver ao longo desta etapa. Outro ponto importante para ficar atento é a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, pois, como aponta a BNCC, é preciso que haja uma continuidade em seu percurso educativo e “[...] equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa.” (BRASIL, 2017)

Conclusões

A partir da revisão de literatura realizada e sistematização de informações após leitura dos trabalhos selecionados foi possível constatar que a produção acadêmica tem problematizado a BNCC na Educação Infantil comparando a abrupta ruptura de conceitos quando se finaliza a etapa escolar da Educação Infantil e a criança inicia o Ensino Fundamental. Automaticamente a BNCC que tratava

⁸ Diretrizes Curriculares Nacionais

de campos de experiência para a Educação Infantil passa a tratar de habilidades e competências a partir do 1º ano do Ensino Fundamental.

A noção de competência adotada pela BNCC tem sido amplamente criticada por demandar dos educandos um padrão de resultados que serve aos interesses do mercado, sem preocupar-se com uma formação crítica e emancipadora, por reduzir o processo de avaliação aos moldes esperados pelas avaliações de larga escala. Nesse sentido, a noção de competência também atinge a Educação Infantil quando nos deparamos com a redução dos anos destinados à alfabetização, ao enfoque limitado de desenvolvimento de consciência fonológica e aprendizagem técnica da leitura e da escrita.

A BNCC trouxe inúmeros aspectos que demandaram modificações na organização da Educação Infantil, que diferem das Diretrizes Curriculares Nacionais que estavam em vigência. Para tanto, se faz urgente o investimento na formação inicial e continuada dos professores, considerando que desde a aprovação da BNCC, o planejamento das aulas, materiais didáticos, já passaram a ser solicitados e disponibilizados nos moldes da base. Os professores de Educação Infantil têm incorporado os princípios e fundamentos da BNCC em seu trabalho escolar sem ter um prazo para a transição de um documento curricular para outro, o processo ocorreu com demasiada urgência de alguns setores, influência de documentos produzidos por agências multilaterais como o Banco Mundial, e é possível constatar um contexto de influência e de produção de texto da política curricular delineado por inúmeras disputas, discordâncias e acordos desde seu projeto inicial até a sua formulação final.

No contexto da prática, vemos que de acordo com as pesquisas a implantação da BNCC afeta diretamente o trabalho do professor, pois ela é responsável por direcionar quais habilidades devem ser desenvolvidas pelos alunos. E a avaliação caracteriza-se como um dos principais instrumentos utilizados para verificação do progresso do aprendizado. No entanto, outros fatores precisariam ser considerados nesse processo, como a carga horária em sala de aula, o número elevado de alunos por turma para o professor, as condições para a garantia de acesso e permanência, recursos didáticos, formação continuada dos professores. A defasagem ou ausência total de consideração pelos fatores acima citados colocam em risco a eficácia desse instrumento.

As pesquisas sinalizam que no contexto das escolas, através dos discursos dos professores, podem ser observados os conflitos e contestação existentes em relação à implementação da BNCC. Aspectos essenciais a esse debate são relacionados aos espaços que foram oportunizados para a discussão ou não pelos professores, quem foi ouvido e quais vozes foram silenciadas no processo. Ressalta-se a existência de intenções expressas e ocultas na BNCC, que implicam nos documentos

Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: revisão de literatura oficiais, nas estratégias de implementação da política e em qual ideologia está presente nos discursos dos formuladores e implementadores pensando-se nas especificidades para a Educação Infantil. Notadamente existe uma tendência de esvaziamento cultural e ao mesmo tempo preparação para a etapa seguinte, na qual é dada prioridade para o processo de alfabetização em detrimento das necessidades reais e práticas necessárias e inerentes à Educação Infantil.

No território de disputa curricular fomentado durante a formulação da BNCC nas suas últimas versões teve ampla disputa diferentes grupos como os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e um grupo composto por uma fração particular da classe média que compreende técnicos e outros profissionais comprometidos com as reformas na educação. Entre essa fração dos técnicos em educação, é válido destacar que a escolha dos mesmos não se deu de maneira democrática. Os sujeitos envolvidos na equipe de elaboração do documento juntamente com o papel exercido pelo Movimento pela Base, que passa de apoiador nas primeiras versões a gerenciadores da Base na versão final demonstram claramente a quem a BNCC visa servir: aos interesses do mercado. Diferentes autores apontam as descontinuidades na versão final da BNCC, que apresenta uma proposta curricular alinhada ao projeto de sociedade capitalista, com a subjetividade enunciada para a criança como empreendedora de si.

Assim, concluímos a partir do que a produção acadêmica nos revela que a BNCC fez parte de uma série de reformas educativas de viés neoliberal que têm sido pensadas globalmente a partir de 1990 e que tem como meta melhorar as economias nacionais a partir do fortalecimento de elos entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado.

Em contrapartida, a questão que se levanta é como resistir a uma política curricular implementada sem a participação dos educadores é o retrato de uma política educacional unilateral, centrada nos interesses de terceiros, que não se interessa pela garantia efetiva de uma Educação Infantil centrada nas experiências das crianças, em suas singularidades? Tratamos aqui de questões atreladas a como ser um professor combativo e assertivo para não validar os interesses neoliberais, do setor privado que almejam incansavelmente o sucateamento da escola pública, indo totalmente na contramão dos ideais de escola pública crítica e emancipadora.

Referências bibliográficas

BARBOSA, M. C. S. et. al. **Práticas cotidianas na educação infantil – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB/UFRG, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 10 set. 2020.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Palavra aberta - BNCC e a alfabetização em duas versões: concepções e desafios. **Educação em Revista**: Belo Horizonte. Dossiê Alfabetização e Letramento no Campo Educacional v.36 e220676|2020.

GONTIJO, C. M. M. COSTA, D. M. V. .; PEROVANO, N. S. . Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 31, p. e20180110, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8660703>. Acesso em: 11 mar. 2021.

KISHIMOTO, T. M. Currículo de educação infantil: creches e pré-escolas. **Significado do termo currículo, currículo de educação infantil: critérios de qualidade e instrumentos de implementação**. Texto encomendado pela coordenação geral de Educação Infantil do MEC. 1994 (mimeo).

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. In: MOREIRA, A. F. (org). **Currículo: Políticas e Práticas em Educação**. Campinas: Papirus: 2003. p. 165-183.

LOPES, D. M. de C.; SOBRAL, E. L. S. Debates em educação – educação infantil e currículo: políticas e práticas. *Debates em Educação*. Maceió, vol. 6, nº11, jan. jun. 2014.

MACEDO, Edilene Nunes de. **A percepção dos professores da Cidade do Recife sobre as diretrizes normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

MAINARDES, Jefferson; BALL, Stephen J. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. Cortez Editora, 2011.

MASSI, Luciana. QUEIROZ, Salette Linhares. **Estudos sobre Iniciação Científica no Brasil: uma revisão**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 139, p. 173-197, jan./abr.2010.

MEDEIROS, Ludimila Dimitrovicht de. **Políticas públicas para a Educação Infantil: um estudo sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na rede municipal de ensino de Londrina – PR**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual De Londrina, 2019.

OLIVEIRA, Poliana Ferreira de. **Políticas curriculares para a educação infantil: o caso da BNCC- 2015-2017**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual De Maringá, 2019.

OLIVEIRA, Z. de M. R. O currículo na educação infantil: o que propõe as novas diretrizes nacionais? **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, nov. 2010.

PALANGANA, I. C. A função da linguagem na formação da consciência; reflexões. **Cadernos do Cedes**, v. 20, n. 35. Campinas, 1995.

Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: revisão de literatura
PORTELA, Leticia M. ZANGUE, Greicy Nayara P. SANTOS, Fabio André G. dos. CARDOSO, Flavia Aparecida Reitz., LIBERATO, Rafael. Suporte tecnológico para o Auxílio do professor na avaliação segundo a BNCC. **RISTI: Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**. n.º. 35, 2019, pp. 101-116

ROCHA, Nathália Fernandes Egito. **Base Nacional Comum Curricular e micropolítica: analisando os fios condutores**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2016.

ROSA, Luciane Oliveira da. **Continuidades e discontinuidades nas versões da BNCC para a Educação Infantil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Do Vale Do Itajaí, 2019.

TRICHES, Eliane de Fatima. **A Formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança (2015-2017)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 11/06/2021
Aprovado em: 18/10/2022